

## EDITORIAL

**E**ste vigésimo sexto número da Revista *Avaliação* se oferece ao leitor em momento particularmente singular da história brasileira. Momentos de transição em geral mesclam muitos sentimentos coletivos contraditórios, que vão da apreensão a respeito do ainda desconhecido à esperança de transformações e concretização de grandes anseios até então irrealizados. Chegamos, os brasileiros, ao final de ano com o sentimento da necessidade irrecusável de mudanças. Um ciclo se encerra, outro se inicia, emergindo das aspirações mais profundas da população. Grandes transformações na educação superior foram operadas nos últimos anos, com a contribuição essencial da avaliação. Em grande parte, tantas e importantes mudanças só foram possíveis dada a longa permanência no MEC de um único titular, o Ministro Paulo Renato Souza. Em toda a história brasileira, só Francisco Campos na década de trinta lhe supera o tempo no Ministério. Nestes últimos oito anos, as diversas modalidades de avaliação, que na linguagem oficial constituiriam um “sistema”, foram instrumentos efficientíssimos na promoção das reformas da educação superior, como, aliás, quase três mil páginas desta Revista têm vindo analisando, muitas vezes oferecendo-lhes severas e fundadas críticas. No conjunto das transformações que governo e sociedade hão de produzir nos próximos anos, é preciso que sejamos capazes de construir as condições para uma mudança importante: menos Estado Avaliador, mais Estado Educativo. Em outras palavras, as avaliações não mais se identifiquem com o mero controle burocrático-legal e sejam verdadeiramente educativas, formativas, democráticas, socialmente comprometidas. Esperamos que todos nós, os mais diretamente concernidos pela educação, sejamos capazes de construir, com o apoio das avaliações, uma educação superior realmente comprometida com a qualidade social e a missão pública. É com esta perspectiva que a Revista *Avaliação* vem elaborando análises, estudos, críticas e propostas em mais de duas centenas de artigos, nacionais e internacionais. Esta experiência acumulada e coletivamente construída pode ser útil para avivar a reflexão daqueles que doravante terão a responsabilidade de gerir o sistema educacional e, interligadamente, o conjunto de avaliação. Como dizíamos no editorial inaugural, em julho de 1996, esta Revista é um canal de estudos e debates sobre todas as questões da educação superior, especialmente a brasileira, e vem não só para promover a articu-

lação das práticas e debates, como também para instigar a reflexão que leve à publicação e, portanto, à socialização de teorias, experiências, idéias, instrumentos e tudo o mais que estiver no campo da avaliação institucional. É indiscutível o aumento da importância e do uso da avaliação, especialmente pelos governos, como instrumentos gerais de mudanças, definição de políticas e orientação do mercado. Entretanto, os indivíduos em sua grande maioria e diversas situações de vida apenas *sofrem* as avaliações. Passam por experiências de avaliação, quase sempre desagradáveis, quando não traumáticas, mas poucos efetivamente realizam *práticas* de avaliação e menos ainda participam da construção teórica do campo. Assim, a avaliação só existe quando pontualmente presentificada, ou seja, quando acontece episodicamente, em geral se reduzindo à notação ou resultado traduzido por um símbolo matemático ou alfabético. Por ser assim considerada, a avaliação não é vista como um possível campo de estudos – não é vista como objeto científico. De nossa parte, queremos consolidar a idéia de que a avaliação é uma prática social, uma práxis fundada em uma cultura, sobre a qual se há de elaborar reflexões, críticas, análises e questionamentos, isto é, produções de sentidos. Como ocorre nos textos que abaixo apresentamos.

**Axel Didriksson** elabora uma proposta de reforma universitária na América Latina, pela lógica da inovação. Para ele, a transformação da educação superior não pode se realizar isoladamente, e sim com o sistema educativo em seu conjunto. A reforma universitária proposta por ele implica necessariamente a superação do enfoque de mercado, de corte neoliberal, e a construção de alternativas que valorizem a produção e transferência de novos conhecimentos e a redefinição de objetivos e funções.

**Renato Dagnino e Erasmo Gomes** buscam compreender, especialmente através do enfoque da Análise Política, o processo de tomada de decisão na universidade pública brasileira relativamente às atividades de pesquisa, sua implementação e a avaliação de seus resultados. Concluem que a comunidade de pesquisa, sobretudo através dos professores-pesquisadores mais influentes, exercem um papel francamente dominante nesse processo e na política de C&T em geral.

**Valdemar Sguissardi** procura responder à questão: a quem interessam as fundações privadas que invadem os espaços públicos universitários? Dentre outras várias questões, analisa a transformação do espaço público universitário em espaço de quase-mercado, a multiplicação das fundações em decor-

rência da ausência da autonomia e da deserção do estado, relativamente ao financiamento, e a crescente mercantilização da educação. Conclui que será um logro confiar às fundações privadas qualquer papel na democratização do estado.

**Maria de Fátima Costa de Paula** pretende demonstrar em seu artigo a influência das concepções alemã (universidade humboldtiana, de Berlim) e francesa (universidade napoleônica) do início do século XIX sobre, respectivamente, a Universidade de São Paulo e a Universidade do Rio de Janeiro. Na primeira, prevaleceu inicialmente o ideal da formação humanista, integral e “desinteressada” do homem, com forte valorização da pesquisa, enquanto na segunda predominou o enfoque profissionalizante e do conhecimento útil. Desde os anos sessenta e de modo crescente, segundo a autora, é a concepção norte-americana, de conteúdo pragmático e utilitário, que se tornou hegemônica no ensino superior brasileiro.

**Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira e Ângelo Luiz Cortelazzo** apresentam uma experiência de flexibilização curricular em curso no ensino de graduação da Unicamp. Dentre as várias experiências de inovação curricular, destacam a oferta de “atividades multidisciplinares”, abordando temas de interesse comum dos estudantes e professores, e experiências em iniciação científica e vinculação com a comunidade. Essas medidas, segundo os autores, fazem parte de uma política institucional que visa a conferir maior vivência multidisciplinar aos estudantes, ampliando-lhes a percepção da relação entre as especificidades de sua formação profissional e o contexto social.

**Alfredo de los Santos** trata dos dois processos que buscam assegurar a qualidade da educação superior nos Estados Unidos: acreditação e reconhecimento. Explica que a acreditação, nos níveis institucional, nacional e de programas, é um processo voluntário e privado, o governo federal não tendo aí nenhum papel. O governo federal e o Conselho para Acreditação da Educação Superior (CHEA), que é uma organização privada de âmbito nacional, se responsabilizam pelo reconhecimento, além de outras atividades que visam assegurar a qualidade da educação superior norte-americana.

**Susana Rivas** propõe uma caracterização da educação superior na Argentina, enfocando sobretudo o plano normativo e as transformações havidas no chamado “sistema de educação superior”. Alerta, entretanto, que não se poderia falar com propriedade de um “sistema”, pois lhe falta o caráter sistêmico. O crescimento do ensino superior na Argentina vem se dando de forma desar-

ticulada. A Lei 24521/95 é analisada mais detidamente, dada a sua importância nas reformas universitárias em curso.

**Célia M. Ribeiro e Eula M. de Melo B. Costa** tratam do processo de avaliação institucional na UFG. Propõem como objetivo geral desse processo a produção de uma cultura de avaliação que contribua para a construção de uma universidade comprometida com o desenvolvimento humano e institucional.

**Aguinaldo Gonçalves**, após discutir as tendências nacionais e internacionais da avaliação em ciência e tecnologia, toma como foco de estudo as dissertações e teses em Saúde Coletiva e Atividade Física produzidas na Unicamp. Identificou indicadores de desenvolvimento científico de processo e de produto e traçou um perfil dos recursos humanos envolvidos na produção de pesquisa em nível de pós-graduação nessa área.

**Adriana R. Carvalho e Ronaldo Angelini** apresentam o resultado de um estudo sobre as motivações dos alunos de Biologia da UEG, UFG e UNITINS para cursar mestrado. Destacam que 50% dos alunos das três universidades públicas estudadas têm renda familiar inferior ou igual a mil reais/mês, sendo que 40% deles trabalham. Concluem que os alunos de graduação mais jovens e interessados em estágios científicos têm maior probabilidade de realizar o mestrado no futuro.

**Nota do editor.** A Revista *Avaliação*, com o compromisso de colaboração e crítica, se associa aos sentimentos gerais do povo brasileiro, especialmente da comunidade educativa e científica, para desejar um profícuo novo governo. Com modéstia e seriedade, nosso grupo de colaboradores continuará a oferecer estudos, propostas e críticas para a consolidação de uma educação superior que tenha forte significação para o desenvolvimento do país e o fortalecimento da sociedade brasileira, sustentada nos valores da democracia e nos princípios fundamentais da humanidade. Nesse projeto, a avaliação e, modestamente, a Revista *Avaliação*, têm papéis importantes a cumprir.

*José Dias Sobrinho - editor*